

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

SILVANA FERNANDES DE FRAGA

A AZULEJARIA PORTUGUESA COMO PATRIMÔNIO EM PORTO ALEGRE

Vestígios do Passado

Porto Alegre

2018

SILVANA FERNANDES DE FRAGA

A AZULEJARIA PORTUGUESA COMO PATRIMÔNIO EM PORTO ALEGRE
Vestígios do Passado

Trabalho de
Conclusão do Curso Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Orientadora: Prof^a Ms Marlise Giovanaz

Porto Alegre
2018

SILVANA FERNANDES DE FRAGA

A AZULEJARIA PORTUGUESA COMO PATRIMÔNIO EM PORTO ALEGRE
Vestígios do Passado

Trabalho de
Conclusão do Curso Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Aprovado em 18 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Ana Celina Figueira da Silva - UFRGS

Marcia Regina Bertotto - UFRGS

Marlise Giovanaz - UFRGS (orientadora)

Agradecimentos
à minha família sempre presente...
à Marlise, gratidão eterna...
à Paula, minha redatora e Everton meu cartógrafo de plantão
ao Ollie pela vida.

*Não gosto da arquitetura nova
Porque a arquitetura nova não faz casas velhas.
Não gosto das casas novas
Porque as casas novas não têm fantasmas
E, quando digo fantasmas, não quero dizer essas assombrações
vulgares
Que andam por aí...
(...)
E as casa novas não tem ao menos aqueles longos,
intermináveis corredores
Que a lua vinha às vezes assombrar!*

*Apontamentos de História Sobrenatural
Mário Quintana*

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Painel de azulejos interior da igreja da ordem terceira de São Francisco, Salvador, BA, 2014

Erro! Indicador não definido.

Figura 2 - Painel de azulejos pátio interno da igreja da ordem terceira de São Francisco, Salvador, BA, 2014

Figura 3 – Logo Site S.O.S. Azulejo	Erro! Indicador não definido.
Figura 4 – Logo Site S.O.S. Azulejo Brasil	15
Figura 5 – Logo Site Mapping our tiles	16
Figura 6 – Logo Projeto Az Infinitum	16
Figura 7 – Logo Museu Nacional do Azulejo	17
Figura 8 - Painel de azulejos pátio interno da igreja da ordem terceira de São Francisco, Salvador, BA, 2014	21
Figura 9 – Edifício Gustavo Capanema	22
Figura 10 - Painel azulejos de Athos Bulcão, Brasília, DF	23
Figura 11 - Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, Belo Horizonte, MG	24
Figura 12 - “Sobrado dos Azulejos”, Rio Grande RS, 2018	25
Figura 13 - casa colonial acervo Museu Joaquim José Felizardo, (aprox. 1940), Porto Alegre, RS	30
Figura 14 – Mapa de Georreferência de Azulejos de Tradição Portuguesa	32
Figura 15 – Sobrado Rua dos Andradas, 1527	Erro! Indicador não definido.
Figura 16 – Sobrado Rua Duque de Caxias, 876	34
Figura 17 - Sobrado Rua Duque de Caxias, 876 (Detalhe)	35
Figura 18 - Sobrado Rua Duque de Caxias, 876	35
Figura 19 - Sobrado Rua Duque de Caxias, 876 (detalhe)	36
Figura 20 – Sobrado Rua Sete de Setembro, 706/708	37
Figura 21 - Sobrado Rua Sete de Setembro, 706/708	37
Figura 22 - Sobrado Rua Sete de Setembro, 706/708 (detalhe)	38
Figura 23 - Sobrado Rua Sete de Setembro, 706/708 (detalhe)	38
Figura 24 – Sobrado Rua dos Andradas, 891/895	40
Figura 25 - Sobrado Rua dos Andradas, 891/895	40
Figura 26 – Sobrado Rua José Montauri, 121	41
Figura 27 - Sobrado Rua José Montauri, 121 (detalhe)	42
Figura 28 - Sobrado Rua José Montauri, 121 (detalhe)	42
Figura 29 - Sobrado Rua José Montauri, 121 (detalhe)	43
Figura 30 – Igreja Nosso Senhor do Bomfim	44
Figura 31 – Igreja Nosso Senhor do Bomfim	45
Figura 32 – Hospital Beneficência Portuguesa	45
Figura 33 - Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli	45
Figura 34 - Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli	46

Figura 35 – Casa de Bombas nº 18	46
Figura 36 – Casa de Bombas nº 18 (detalhe)	47
Figura 37 – Praça Revolução Farroupilha	47
Figura 38 – Memorial do Rio Grande do Sul	48

RESUMO

A arte da azulejaria é um traço marcante da cultura portuguesa. Se faz presente em cada país colonizado pelos lusitanos e no Brasil, na cidade de Porto Alegre, não é diferente. A cidade que foi colonizada por portugueses vindo das Ilhas dos Açores, também apresenta exemplares da azulejaria em sobrados, palacetes e prédios oficiais. Protegidos pela legislação na década de 1970, estes exemplares sofreram a ação do tempo, do abandono e da especulação imobiliária. Este trabalho procura mapear alguns destes prédios sobreviventes, com azulejaria de tradição portuguesa, que foram considerados de relevante importância ao patrimônio público da cidade, e saber em que estado de conservação se encontram, através da análise dos documentos da época e fotografias recentes.

Palavras-chave: Azulejo. Patrimônio azulejar. Azulejos Portugueses. Porto Alegre.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A HISTÓRIA DO AZULEJO	14
3 O AZULEJO EM PORTO ALEGRE	20
3.1 Os vestígios do passado	27
3.2 Atribuição de valor patrimonial ao azulejo	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	59
ANEXOS	49

1 INTRODUÇÃO

O azulejo é considerado um patrimônio português, uma arte identitária, nas palavras de João Miguel dos Santos Simões, o maior investigador de Azulejaria Portuguesa do século XX (site Az infinitum).

No início do século XV Portugal começa a importar azulejos de origem hispano-mourisco vindos principalmente de Sevilha e a partir de 1560 começa a produzir seus próprios azulejos com técnica maiólica¹, que com passar dos séculos, foram incorporando padrões e estilos próprios da arte e cultura portuguesa, sendo agregados à arquitetura, tanto do Reino de Portugal quanto às colônias. (BENEVETTI, 2018)

Figura 1 - Painel de azulejos interior da igreja da ordem terceira de São Francisco, Salvador, BA, 2014



Fonte: da autora, 2014

1

Os azulejos sempre me chamaram a atenção e sempre que penso em Portugal lembro dos azulejos e vice-versa. Essa é uma paixão que foi crescendo e durante toda

¹Técnica de produção italiana (século XIV a XVI) de porcelanas e cerâmicas, originária, provavelmente da Ilha de Maiorca, no Mediterrâneo.

a graduação e toda vez que surgia alguma pesquisa ou trabalho com tema livre eu fazia sobre azulejos. Agora, torna-se objeto de estudo para meu Trabalho de Conclusão de Curso. Uma tarefa desafiadora, pois não se encontra, em Porto Alegre, uma bibliografia específica sobre o assunto.

Originalmente confeccionados para embelezar palácios, igrejas e residências de nobres, sua popularização e industrialização baratearam o custo e os azulejos passaram a decorar habitações, com as mais diversas padronagens e cores, tornando-se um material de decoração bastante versátil.

No Brasil, a arte da azulejaria foi trazida pelos portugueses, em 1808, na comitiva de D. João VI, quando este migrou ao Brasil em fuga ao cerco de Napoleão Bonaparte, na Europa. Os painéis em azulejos anteriores a esta data eram produzidos em Portugal e transportados de navio até o Brasil Colônia (ver figura 2), pois aqui não haviam indústrias de nenhum tipo, por proibição da Coroa Portuguesa.

Figura 2 - Painel de azulejos pátio interno da igreja da ordem terceira de São Francisco, Salvador, BA, 2014



Fonte: a autora, 2014

A colonização no Rio Grande do Sul se deu tardiamente em função de ser uma região de muito conflito com acesso precário sendo as edificações rústicas, práticas e de caráter militar. A porção sul, da então colônia, era território de acesso à região do Rio da Prata e, por isso, zona de intenso conflito armado, onde poucos se aventuravam em fixar residência. Quando assinado o Tratado de Madrid (1750), onde se pôs fim aos embates, Portugal iniciou a colonização do território.

A cidade de Porto Alegre foi fundada por portugueses vindos das Ilhas dos

Açores, em 1772, e seus prédios mais antigos evidenciam esta arquitetura, seja no estilo ou o uso de azulejos e ladrilhos de tradição portuguesa. Com a modernização da cidade, prédios cada vez mais altos foram sendo construídos e os casarões foram demolidos para dar passagem ao progresso. A preocupação em preservar essa herança arquitetônica se reflete em processos de tombamento e na reestruturação dos espaços da cidade, através dos Planos Diretores que nortearam as ações futuras.

Em Porto Alegre, a descendência portuguesa foi posta em evidência e os legados desta cultura passaram a figurar como bens de interesse do porto-alegrense. Casarões, igrejas e fachadas eram tombados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura de Porto Alegre, levando em consideração que estes bens refletiam a herança portuguesa.

Neste trabalho abordarei a azulejaria de tradição portuguesa como Patrimônio de Porto Alegre, de colonização portuguesa / açoriana, que foi priorizada pelo Plano Diretor de 1979, e quais fatores prevaleceram na época em que foram selecionados como patrimônio e, através de um mapeamento dos exemplares remanescentes do processo de tombamento iniciado na década de 1970, evidenciar como estão estes bens patrimoniais (em sua maioria imóveis) na atualidade.

Como a comprovação da origem dos azulejos é de difícil atribuição, por não existir documentação consistente a respeito, utilizarei o termo “Azulejaria de Tradição Portuguesa” para não comprometer a veracidade das informações obtidas.

Os cinco imóveis escolhidos para esta análise fazem parte da lista original do Plano Diretor de 1977, onde os primeiros itens são prédios com fachada de azulejos portugueses e, na sequência, figuram outros prédios com azulejos no seu interior, revestindo paredes ou parte de algum detalhe arquitetônico. A partir desta lista foram sendo mapeados os imóveis, que em sua maioria localizam-se no Centro Histórico de Porto Alegre e imediações, tendo como base e inspiração os projetos portugueses Mapping Our Tiles e S.O.S Azulejos, iniciativas de valorização, proteção e georreferencia do patrimônio azulejar, em Portugal, e, no caso do S.O.S Azulejos, deu origem a outros projetos similares no Brasil, o S.O.S Azulejos Brasil.

Para tanto este Trabalho de Conclusão se propôs a responder a seguinte questão:

Existe ainda, em 2018, na cidade de Porto Alegre, vestígios de azulejaria de

tradição portuguesa? Neste trabalho procuro saber se estes bens resistiram ao tempo e à especulação imobiliária, em que estado de conservação se encontram e qual seu status em relação ao patrimônio cultural da cidade.

Os objetivos deste trabalho foram: evidenciar o Patrimônio Azulejar de Tradição Portuguesa que ainda persiste em Porto Alegre, através de um mapeamento tomando por base o Plano diretor de 1979; sendo que os objetivos específicos foram analisar os processos de tombamento referentes a memória portuguesa na cidade de Porto Alegre, identificar a importância dos azulejos no processo de tombamento destes imóveis, identificar seus status dentro das políticas públicas referentes ao Patrimônio da cidade de Porto Alegre, analisar estes processos, do ponto de vista da Museologia, evidenciar o estado de conservação em que se encontram os imóveis e a condição dos azulejos destes, através de fotografias e mapeamento dos imóveis.

Os trabalhos desenvolvidos sobre azulejaria no Rio Grande do Sul são muito poucos e sempre com enfoque na arquitetura do prédio. Assim também, os estudos e pesquisas sobre herança e memória não evidenciam este traço da cultura portuguesa, tão presente em outras cidades brasileiras, mas que em Porto Alegre, acontece de forma diferenciada.

São poucos trabalhos científicos nesta área, como por exemplo a monografia de Renata Barbosa F. Curval (2007), que fala sobre o “Sobrado de Azulejos” de Rio Grande e a importância histórica deste no contexto social e cultural da Cidade de Rio Grande. Em outro trabalho, a dissertação de mestrado de Ingrid M. Wanderley (2006), conta a história do Azulejo na Arquitetura Brasileira com ênfase no trabalho do artista plástico Athos Bulcão. Já no artigo de Verônica Benedetti o olhar é sobre as esculturas de cerâmica em Porto Alegre.

Poucos trabalhos abordam o azulejo como protagonista de um processo de tombamento ou de manifestação sociocultural, em Porto Alegre, sendo em sua maioria de caráter acadêmico em forma de artigos, dissertações e teses.

Os textos utilizados serão norteadores do trabalho e farão a ponte entre os temas Patrimônio, Memória e Museologia. A partir da transdisciplinaridade da Museologia que permite uma visão mais abrangente dos bens patrimoniais, pretendo relacionar estes com a importância cultural e social que desempenham em seu contexto histórico-cultural.

Os trabalhos feitos sobre azulejaria enfocam, em sua maioria, a arquitetura dos prédios e o caráter prático dos azulejos como revestimento de fachada e interiores. No caso dos azulejos históricos, são mencionados em um contexto mais abrangente, como parte integrante de um contexto arquitetônico e, em sua maioria, sobre as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, onde encontram-se grande parte dos painéis e fachadas em azulejos portugueses no Brasil.

Quando falamos em Patrimônio entendemos que seja algo que nos foi legado ou que deixaremos à próxima geração, pode ser uma fortuna, uma propriedade ou um relógio antigo, bens com valor econômico. Mas pode ser também um objeto com valor sentimental, uma lembrança de família, uma foto, um livro de orações que pertenceu a um antepassado. Há ainda os bens imateriais, pequenos gestos, modos de falar, ensinamentos que nos são passados e não percebemos como um Patrimônio, mas que permeiam o nosso modo de ser e são passados de geração para geração. Há também, numa visão mais abrangente, o Patrimônio Cultural, este mais complicado de perceber por envolver vários indivíduos. O que é importante para uma pessoa ou sua família, pode não ser para outra e conseguir um consenso (PELEGRINI, 2006) é trabalhoso e exige muita pesquisa. Normalmente uma comunidade se caracteriza por indivíduos que têm os mesmos padrões socioeconômicos e compartilham as mesmas paisagens culturais, falam a mesma língua e tem tradições, ritos e traços culturais semelhantes. O Patrimônio que cada comunidade valoriza depende também do compromisso de cada indivíduo com as atividades culturais desenvolvidas.

“as noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às del lembrança e de memória — uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.” (PELEGRINI, 2006).

Ou seja, Patrimônio Cultural envolve todo bem, material ou imaterial que represente uma cultura, que espelhe os seus gostos, suas crenças, sua herança.

Através das lembranças armazenadas na memória o indivíduo reconhece e constrói sua história e da sua comunidade, da sua cidade, as paisagens naturais ou construídas, o delineamento da cidade, seus prédios e praças, e a afinidade dele com estes locais é o que fará com que desenvolva o sentimento de pertença ao lugar onde vive. Na importância que dá aos locais que conhece, os prédios que passa todos os dias para se deslocar pelo bairro. Este vínculo que o indivíduo e a comunidade cria é o

que define o que será cultuado, rememorado, lembrado pelas gerações futuras.

No caso de Porto Alegre que tem em sua origem a colonização portuguesa (açoriana), a herança se reflete principalmente na forma que foi construída a parte mais antiga da cidade, o Centro Histórico, de concepção totalmente portuguesa, como na delimitação das ruas e praças, a distinção de cidade alta (população mais abastada) e cidade baixa (população mais empobrecida) e na arquitetura com casinhas de uma porta e uma janela (o imposto era cobrado por número de aberturas), sobrados com fachadas de azulejos e nos palacetes e prédios oficiais em estilo colonial.

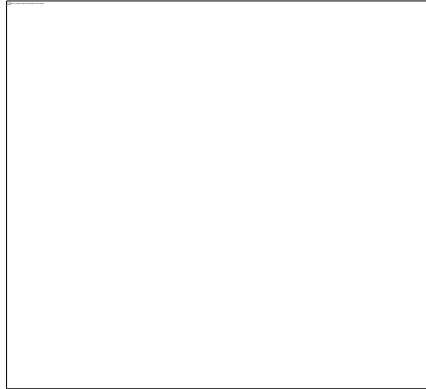
Esta é uma pesquisa acadêmica, visto que é exigida para a conclusão da graduação, de natureza básica. A abordagem do problema se dará de forma qualitativa e exploratória pois serão analisados dados em campo, como documentação de sites e arquivos (documentação direta e indireta), assim como imagens, fotografias, para a comparação e avaliação dos imóveis e dos azulejos.

Os imóveis foram selecionados, a partir da análise do documento final do Plano Diretor de Porto Alegre de 1979, e representam o patrimônio azulejar de herança portuguesa em Porto Alegre, tendo como inspiração o Projeto S.O.S Azulejos e Mapping Our Tiles, ambos projetos portugueses de georreferência e proteção ao patrimônio azulejar.

Os imóveis selecionados são os últimos cinco sobrados com fachadas de azulejos em Porto Alegre, todos no Centro Histórico sendo dois imóveis na Rua dos Andradas, um na Rua Duque de Caxias, um na Rua José Montauray e um na Rua 7 de Setembro.

O Projeto S.O.S. Azulejos é uma iniciativa e tem coordenação do Museu de Polícia Judiciária, órgão da Escola de Polícia Judiciária de Portugal, sendo criado para combater a crescente onda de depredação a que está exposto o patrimônio azulejar português, seja por furto, vandalismo ou descaso, adotando uma abordagem que enfoca a conservação preventiva e a valorização do patrimônio.

Figura 3 – Logo Site S.O.S. Azulejo



Fonte: site S.O.S. Azulejo

Inspirado no projeto português, o S.O.S. Azulejos - Brasil, visa a proteção do Patrimônio Azulejar Brasileiro, através da pesquisa, reconhecimento e valorização deste acervo, sendo coordenado pelo Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com a parceria do LACORE - Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Figura 4 – Logo Site S.O.S. Azulejo Brasil



Fonte: site S.O.S. Azulejo Brasil

Mappig Our Tiles é um projeto de georreferenciação de azulejaria em casas e fachadas, que liga padrões de azulejos à sua localização visando a sua preservação e conservação e, também, a incidência destes padrões e sua distribuição pelo território português. A iniciativa é da Bonjardim, Sabonetes de Óleo de Oliva feitos à mão, que utiliza os padrões dos azulejos em suas embalagens para os sabonetes produzidos, em postais e outros produtos. Iniciado na cidade do Porto, onde fica a loja da Bonjardim, o projeto ambiciona expandir para todo Portugal, e para tanto conta com a parceria do Projeto AZ Infinitum - Az - Rede de Investigação em Azulejo / Artis - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa e Museu Nacional do Azulejo (MNAz).

Figura 5 – Logo Site Mapping our tiles



Fonte: Site Mapping our tiles.

Para dar suporte às pesquisas, me orientei pelo Projeto Az Infinitum, da Universidade de Lisboa e o Museu Nacional do Azulejo de Lisboa.

O Projeto AZ Infinitum é um grupo de investigação da Artis - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa que estuda a azulejaria produzida em Portugal desde o século XV até a atualidade, objetivando construir uma estrutura de referência na área da azulejaria, a nível internacional, investigando, documentando, inventariando e disponibilizando estes dados à comunidade científica, trabalhando em parceria com o Museu Nacional do Azulejo e a empresa Sistemas do Futuro (empresa desenvolvedora de softwares para a gestão de patrimônio cultural).

Figura 6 – Logo Projeto Az Infinitum



Fonte: Site Az Infinitum

O Museu Nacional do Azulejo (MNAz) em Lisboa, figura como um dos museus mais importantes de Portugal e referência no estudo da Azulejaria no mundo. Inicialmente é apenas um anexo do Museu Nacional de Artes Antigas, situado no antigo Convento da Madre de Deus (fundado pela rainha D. Leonor em 1509) e inaugurado em 1965. Em 1980, passa a funcionar de forma autônoma na Igreja do Convento da Madre de Deus, e a partir de 1987, a pesquisa passou a ser prioridade com a criação de uma Biblioteca e um Centro de Documentação. O MNAz criou, em 2006, a Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões (1907-1972) em homenagem a um dos maiores pesquisadores sobre azulejos em Portugal e que trabalhou para a criação do Museu.

Figura 7 – Logo Museu Nacional do Azulejo



Fonte: Site Museu Nacional do Azulejo

Para a análise da situação dos azulejos e das estruturas foi elaborado uma lista com os possíveis danos e situações que podem afetá-lo. O estado de conservação dos azulejos foi avaliado conforme a observação destes danos.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a história do azulejo, sua características, usos, alguns exemplos de azulejaria no Brasil e no Rio Grande do Sul. O capítulo dois apresenta os documentos analisados, como será feito o mapeamento dos mesmos e a mostra os imóveis com um breve histórico de cada um e sua situação atual, com fotos recentes. O capítulo três ressalta a importância do azulejo como patrimônio em Portugal e no cenário portoalegrense.

2 A HISTÓRIA DO AZULEJO

A palavra azulejo deriva do árabe e significa “pequena pedra polida”. A técnica da azulejaria foi introduzida na Península Ibérica pelos mouros que colonizaram Espanha e Portugal, e que se tornariam países referência nesta arte, no Mundo Ocidental.

A partir do século XVI, passaram a decorar palácios, igrejas, monumentos portugueses.

O azulejo é um revestimento cerâmico, com uma das faces vidradas, que confere, à peça, impermeabilidade.

A cerâmica é uma técnica de produção de peças a partir da argila. A argila usada pode ser a vermelha, a negra, a amarela.

De acordo com sua composição química podemos ter vários tipos de argila, e quanto à forma e o acabamento dados à argila podemos ter um tipo de revestimento cerâmico (azulejos, ladrilhos) ou para a produção de peças (porcelana, faiança).

Os principais tipos de cerâmica são o Azulejo, que se caracteriza com um revestimento cerâmico, normalmente quadrado, com uma das faces vidradas, que o torna impermeável e brilhante; o Ladrilho: revestimento cerâmico; as Pastilhas: revestimento cerâmico em tamanho menor; podem ser de porcelana, de vidro, azulejo; usadas para fazer mosaicos; a Porcelana: cerâmica branca, resistente, não porosa; à base de caulim, feldspato e quartzo; a Faiança: cerâmica branca, porosa; menos resistente, menor quantidade de caulim e a Grês: cerâmica branca impura, impermeável, altamente resistente.

O azulejo originalmente era usado para revestir as paredes dos palácios, templos, por conta de uma prática conhecida como “horror ao vazio”, ou seja, todas as paredes eram preenchidas com algum tipo de arte, pintura, azulejos, esculturas, que revelavam poder, ostentação.

No Brasil Colônia eram usados além de decoração, como isolantes do calor e da umidade dos trópicos. Além de ser de fácil limpeza e reposição.

Atualmente o azulejo é largamente usado em revestimentos interno e externo de

prédios e fachadas, e em banheiros e cozinhas. Seu uso como painéis comemorativos é mais restrito.

Algumas instituições se dedicam à história do azulejo e sua trajetória no mundo ocidental. São museus e instituições de cultura que além de preservar a história do azulejo, promovem a discussão e as alternativas em conservação, preservação e divulgação das técnicas de azulejaria e a integração e apropriação da comunidade com o seu patrimônio: S.O.S Azulejos (Portugal); Mapping our Tiles (Portugal); Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões -(Projeto Az Infinitum) (Portugal); Museu Nacional do Azulejo (Portugal); S.O.S Azulejos Brasil (Brasil); Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica (Salvador, Brasil) e Fundação Athos Bulcão (Brasília, Brasil).

“Apesar da moda do azulejo ter sido importada, foi em Portugal que desde as primeiras aplicações o azulejo foi utilizado com um sentido de monumentalidade e de integração arquitetônica, desconhecidos por outros povos. Os portugueses tiveram a ousadia de revestir paredes inventando composições e ritmos originais, enquanto que na Andaluzia, no Levante e no norte da África o emprego do azulejo limitou-se à cobertura de silhares” (WANDERLEY, pág. 15, 2006).

A arte da azulejaria é trazida ao Brasil pelos portugueses, quando D. João VI, foge de Portugal, em 1808, acudado pelas tropas de Napoleão, trazendo consigo a Corte e vários pintores, artesãos e maquinário, para iniciar a “europeização” dos trópicos e transformar a colônia no centro do império português.

Para decorar as igrejas, os azulejos eram importados de Portugal e acabaram por criar um fenômeno inverso: a colônia ditava moda para a metrópole, segundo Santos Simões. A escassez de materiais para o acabamento e o clima tropical que dificultava a impermeabilização das construções pode ter contribuído para a utilização dos azulejos nas fachadas, por ser de fácil aplicação, econômico, durável e permitindo uma boa conservação das fachadas, técnica que não era conhecida em Portugal. (WANDERLEY, 2006)

Os portugueses que voltam para Portugal em 1822, e o intercâmbio entre colônia e metrópole nos anos subsequentes fazem com que a moda das fachadas em azulejos se popularize em Portugal.

Os padrões e motivos dos azulejos mouros eram geométricos, florais, pois a religião muçulmana proíbe o uso de formas humanas. Nas primeiras aplicações do azulejo em Portugal, foi seguido este padrão, mas com o tempo, e as encomendas, a produção própria portuguesa se especializou e os painéis passaram a retratar episódios bíblicos e militares, festas e costumes populares, contando histórias e perpetuando mitos.

A imagem faz o papel de catequizadora (ver figura 8), doutrinadora para uma parcela da população, que na época era a maioria, os analfabetos. As imagens nos azulejos ilustravam a história de Portugal, seus heróis, seus mitos, sua religiosidade, e através destas imagens a população era “educada”. O azulejo, e seus painéis, eram entendidos como objetos de comunicação e transmissão de ideologias.

Figura 8 - Painel de azulejos pátio interno da igreja da ordem terceira de São Francisco, Salvador, BA, 2014



Fonte: da autora, 2014

O azulejo, no Brasil, e posteriormente em Portugal, era visto como símbolo de riqueza e ostentação para os ricos e nobres da época, final do século XVIII e começo do século XIX.

Durante os séculos XVII e XVIII os azulejos foram amplamente utilizados na decoração de igrejas e palácios, e seus principais exemplares se encontram na Bahia, Maranhão e Pernambuco. Foi a época da “nacionalização” do azulejo, no Brasil, segundo Santos Simões (1980), que divide o século XVIII em quatro períodos: época

dos mestres (1700-1725); época das oficinas anônimas (1725-1755); época pombalina (1755-1780); época D. Maria I (1780-1808).

Já no século XIX, passam a revestir o exterior das residências nobres, conferindo uma proteção extra às paredes contra a umidade tropical.

Após um período de turbulência nas relações entre Brasil - Portugal, com a volta da família imperial, para Portugal, e a independência do Brasil em 1822, retomam-se as relações comerciais com Portugal, e entre 1860 e 1918 as fábricas de azulejos portuguesas voltam a abastecer o Brasil. Durante o período de interrupção do comércio as importações de azulejos vinham principalmente da Holanda e Inglaterra. (WANDERLEY, 2006)

A primeira fábrica brasileira foi instalada em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1861, mas o comércio de azulejos entre os dois países perdurou por muitos anos ainda.

No início do século XX, o azulejo é posto de lado por alguns arquitetos por considerá-los meramente decorativo.

Em 1912 é fundada a Fábrica Santa Catarina, em São Paulo, e, no Rio de Janeiro, a Manufatura Nacional de Porcelana.

Mas na década de 1920, os arquitetos Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e artistas contemporâneos como Portinari, Poty, Burle Marx, Djanira, entre outros, influenciados por Le Corbusier (1887-1965; arquiteto franco-suíço) passam a utilizar a azulejaria novamente. Uma das primeiras obras foi a decoração externa do edifício do Ministério da Educação e Saúde (atual Edifício Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. figura 9) em 1936

Figura 9 – Edifício Gustavo Capanema



Fonte: Google Imagens

A cidade de Brasília é um exemplo da azulejaria moderna; projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, seus prédios foram ornamentados por Athos Bulcão (1918-2008), em painéis que não somente decoram (figura 10), mas expressam a simbologia do prédio, sua função. A Igreja da Pampulha (figura 11), em Belo Horizonte é também um importante monumento ornado com painéis de azulejos de autoria de Portinari.

Figura 10 - Painel azulejos de Athos Bulcão, Brasília, DF



Fonte: Google Imagens

Figura 11 - Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, Belo Horizonte, MG



Fonte: Google Imagens

Os primeiros azulejos chegam ao território do Rio Grande do Sul, para a decoração das casas da primeira cidade fundada, Rio Grande, em 1737, oriundos provavelmente da cidade do Porto.

O “Sobrado dos Azulejos”, em Rio Grande, construído em 1862 é único exemplar no Rio Grande do Sul de sobrado com os dois pavimentos revestidos de azulejos. Em sua restauração, foram trazidos azulejos de Portugal, da mesma fábrica que foram feitos os originais. (CARVAL, 2007)

Figura 12 - “Sobrado dos Azulejos”, Rio Grande RS, 2018



Fonte: da autora, 2018

Em Porto Alegre os azulejos que revestem os cinco imóveis pesquisados são, provavelmente, da Fábrica de Louças de Massarelos, na cidade do Porto, fundada em 1766 por Manuel Duarte Silva. (BENEDETTI, 2018)

A documentação existente não é conclusiva sobre a data da construção dos prédios, sendo o sobrado da Rua Duque de Caxias o único que possui datação no frontão do prédio “1836”. Presume-se que os demais sobrados pesquisados sejam da mesma época por serem do mesmo estilo arquitetônico e com azulejos similares ou até iguais.

3 O AZULEJO EM PORTO ALEGRE

O mapeamento, para este trabalho, tem origem nos exemplares mais antigos integrantes do Plano Diretor de 1979, e outras edificações com azulejos em suas fachadas, cobertura interior ou exterior, localizados no Centro Histórico de Porto Alegre.

Pelas ruas do centro da cidade encontram-se vários exemplares da arquitetura portuguesa, mas em sua maioria não apresentam azulejos na fachada ou interior. Neste trabalho optei por pesquisar/ detalhar apenas os cinco primeiros itens do Plano Diretor 1979, e listar outros apenas para ilustrar que a herança azulejar portuguesa se

faz presente na cidade.

Estas ruas e suas edificações fazem parte da história e do imaginário de Porto Alegre, com suas lendas e mitos e, por ser a capital, palco de disputas políticas, sociais e culturais.

As ações em relação ao planejamento do crescimento urbano e ambiental de uma cidade fica a cargo do Plano Diretor Municipal. Normalmente composto por membros do poder municipal, comunidade, representante de entidades comerciais, profissionais liberais este mecanismo é regrado por leis municipais, estaduais e federais, regrado a ordenação dos espaços públicos e privados dentro do município visando o bem comum.

Em Porto Alegre, o primeiro plano diretor foi constituído em 1939, com caráter consultivo, pelo prefeito Loureiro da Silva, com o nome de Conselho do Plano Diretor, com representantes do comércio, indústrias, sanitaristas, proprietários e engenheiros, num total de 16 membros, “com a colaboração de todos os homens que convivem, têm inteligência, cultura e amem a sua cidade”. (site Prefeitura de Porto Alegre)

A Lei 1413 (artigo 19, capítulo V), em 1955, redefine as obrigações do Conselho do Plano Diretor cabendo ao Conselho a elaboração do Plano Diretor da cidade, levando em considerações o traçado urbanístico, as leis e projetos já existentes. Composto por 11 membros, seis do poder municipal e cinco representantes de entidades públicas e classicistas. Este conselho atuou até a instalação do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (CMPDDU) em 1979.

O 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU) de Porto Alegre, criado pela Lei Complementar 43/79, manteve seus representantes, além de acrescentar 4 membros de associações comunitárias, e passou a chamar-se Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (CMPDDU), sendo que sua presidência ficou a cargo do titular da Secretaria do Planejamento Municipal.

O Plano Diretor de Porto Alegre de 1979 tem como base o levantamento iniciado pela Comissão designada pela Portaria nº 209, de 7 de maio de 1971, e oficializada em maio de 1972, onde figuram os exemplares que segundo a Comissão “de expressiva tradição para a cidade”. Neste documento foram escolhidas 59 peças, entre imóveis, esculturas, chafarizes.

Em 1974 é criada uma Comissão Especial, Portaria nº 248 de 30 de maio de 1974, para selecionar quais bens seriam “conservados e restaurados”, com base no levantamento anterior de 1971, onde algumas foram retiradas da lista por não se adequarem, outras acrescidas, algumas ruíram ou foram demolidas, restando 45 unidades. Destas 4 unidades são propriedades municipais, 7 estaduais, 2 da União, 1 já tombada pelo IPHAN e 31 pertencentes a particulares e instituições religiosas. A Comissão faz, ainda, algumas sugestões, entre elas, a criação de um Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural. (anexo B)

A lei municipal nº 4317 de 16 de setembro de 1977 (com revisão em 1982)² lista 47 bens imóveis de “valor histórico e cultural e de expressiva tradição para a cidade de Porto Alegre”, sendo eles:

1. Fachada de azulejos do prédio na Rua dos Andradas, nº 1527 a 1529.
2. Azulejos e peças decorativas da fachada do prédio na Rua Duque de Caxias, nº 876.
3. Prédio de azulejos na Rua 7 de Setembro, Nº 706 a 708.
4. Fachada do 2º pavimento do prédio de azulejos na Rua dos Andradas, nº 891 e 895.
5. Prédio de azulejos na Rua José Montauri, nº 121.
6. Igreja Nossa Senhora da Conceição na Av. Independência, nº 230, esquina com a Elevada da Conceição.
7. Igreja Nossa Senhora das Dores na Rua dos Andradas, nº 597 e Rua Riachuelo, nº 630.
8. Catedral da Santíssima Trindade na Rua dos Andradas, nº 880.
9. Capela de Nosso Senhor do Bom Fim na Av. Osvaldo Aranha, nº 462.
10. Capela do Senhor dos Passos (no corpo do prédio da Santa Casa de Misericórdia) na Praça Dom Feliciano.
11. Capela de Belém Velho na Rua Nossa Senhora de Belém Velho.

² Lei municipal nº 4317 de 16 de setembro de 1977 (com revisão em 1982), arquivo da Câmara Municipal de vereadores)

12. Convento Nossa Senhora do Carmo na Av. Perimetral I, nº 342.
13. Seminário Episcopal na Rua Cel. Fernando Machado, esquina com a Rua Espírito Santo.
14. Prédio do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência (sede antiga) na Av. Independência, nº 270.
15. Prédio da Santa Casa de Misericórdia (parte antiga colonial), na Praça Dom Feliciano.
16. Paço dos Açorianos - Praça Montevideu.
17. Prédio da Ex-Assembleia Legislativa na Rua Duque de Caxias, nº 1005.
18. Prédio da Praça Mal. Floriano, nº 110 e 120, esquina com a Rua Jerônimo Coelho.
19. Teatro São Pedro - Praça Mal. Deodoro.
20. Prédio da Biblioteca Pública Estadual na Rua Riachuelo, esquina General Câmara.
21. Prédio da Faculdade de Direito, na Av. João Pessoa, nº 52.
22. Prédio do Museu Júlio de Castilhos na Rua Duque de Caxias, nº 1231.
23. Prédio da Ex-Imprensa Oficial na Rua dos Andradas, nº 959 a 963, esquina com a Rua Caldas Júnior.
24. Prédio da Delegacia Fiscal - Quarteirão: Praça Barão do Rio Branco, Avenida Sepúlveda, Rua Siqueira Campos e Capitão Montanha.
25. Prédio dos Correios e Telégrafos - Quarteirão: Praça Barão do Rio Branco, Cassiano Nascimento, Siqueira Campos e Avenida Sepúlveda.
26. Prédio na Av. Padre Cacique, nº 1178 (asilo).
27. Prédio na Rua Duque de Caxias, nº 968 - Solar do Visconde de Pelotas.
28. Casa de Veraneio de Júlio Prates de Castilhos na Av. Professor Oscar Pereira nº 5773. (Redação dada pela Lei nº 4715/1980)
29. Prédio na Rua Florêncio Ygartua, nº 248 e 264, esquina com a Rua Mostardeiro.